

OTIMIZAR RECURSOS  
GERAR EFICIÊNCIAADMINISTRAÇÃO CENTRAL  
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Entrada em	24 FEV 2016
Respondido em	
N.º do Registo Resposta	
N.º de Reg. Ordem	51

S/referência: 002

N/referência: 1748/2016/DRH/ACSS  
E. 5305/2016, de 03.02Exmo. Senhor  
Presidente do Sindicato Nacional dos Profissionais  
de Farmácia e Paramédicos  
Rua Almeida e Sousa, 21, 2.º dto  
1350-006 Lisboa

---

**Assunto: Exercício profissional irregular de trabalhadores em farmácias privadas-  
SIFAP - Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos**

Sobre o assunto em epígrafe e em resposta ao V/ofício n.º 002/2016, de 20 de janeiro, remetido ao Gabinete de S. Ex.ª o Ministro da Saúde e posteriormente remetido a estes Serviços, informo V. Ex.ª do seguinte:

O Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, define os princípios gerais e procede à respectiva regulamentação do exercício das profissões de diagnóstico e terapêutica, nomeadamente, de técnico de farmácia.

Nos termos das alíneas a) a f) do n.º 1 do artigo 4.º do mencionado Decreto-Lei, o acesso a esta profissão só é permitido a indivíduos detentores dos cursos, equivalência legal ou reconhecimento legal da respectiva profissão de acordo com a legislação comunitária e o direito interno português, quando se trate de cidadãos nacionais dos Estados Membros da União Europeia.

São, igualmente, reconhecidos os mesmos direitos no acesso ao exercício das profissões de técnicos de diagnóstico e terapêutica aos profissionais que à data da publicação do diploma referido já estivessem integrados no regime jurídico de acesso à profissão de ajudante técnico de farmácia, a partir da data em que obtenham as correspondentes habilitações, ou seja, que tenham iniciado o registo de prática iniciado antes de 11 de Agosto de 1999 (cf. n.º 3).

Assim, o exercício da profissão de técnico de farmácia, somente nas circunstâncias descritas anteriormente, depende da emissão do respectivo título profissional através de uma cédula profissional como técnico de farmácia (cf. n.º 1 e 4 do artigo 5.º).





ADMINISTRAÇÃO CENTRAL  
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

OTIMIZAR RECURSOS  
GERAR EFICIÊNCIA

Mais decorre do mencionado diploma legal que o exercício desta profissão se encontra pendente da prévia obtenção de cédula profissional, matéria que é da competência destes Serviços, nos termos da alínea I) do artigo 6.º da Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio.

Face ao exposto, e tendo em consideração que a atribuição de cédula profissional, por parte deste Serviços, como técnico de farmácia, só é possível quando verificado um dos pressupostos previstos no n.º 1 ou no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, informa-se V. Ex.ª que na presente data, se remeteu a exposição datada de 20 de janeiro de 2016, ao INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. de forma a esclarecê-lo no que respeita ao “técnico auxiliar de farmácia”.

Com os melhores cumprimentos

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho Diretivo

Digitally Signed by Pedro Emanuel  
Ventura Alexandre  
DN: CN=Pedro Emanuel Ventura  
Alexandre, OU=Administração  
Central do Sistema de Saúde IP,  
O=Ministerio da Saúde, C=PT  
Reason:  
Date: 2016-02-16T11:53:40

(Pedro Alexandre)



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

SAÚDE